**Índice**

Deliberações do Tribunal Pleno, Decisões Singulares e Editais de Citação e Audiência 1

Administração Pública Estadual 1

Poder Executivo 1

Autarquias 1

Poder Judiciário 5

Administração Pública Municipal 5

Blumenau 5

Criciúma 5

Curitibanos 6

Itajaí 6

Lages 6

Maracajá 7

Otacílio Costa 7

Rio Negrinho 7

Atos Administrativos 7

Licitações, Contratos e Convênios 7

|  |
| --- |
|  |

Deliberações do Tribunal Pleno, Decisões Singulares e Editais de Citação e Audiência

Administração Pública Estadual

Poder Executivo

Autarquias

Processo nº: @APE 17/00210251

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV

Responsável: Roberto Teixeira Faustino da Silva

Interessados: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca

Assunto: Atos de aposentadoria adequados à LC-676/2016 – Cargo Único

Relator: Gerson dos Santos Sicca

Unidade Técnica: Divisão 3 - DAP/COAPII/DIV3

Despacho: COE/GSS - 82/2017

Decisão Singular

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo de análise de atos de aposentadoria dos Srs. Leonardo Antônio Pinto, Francisco Pereira Perão, Henrique Cordova Coelho, Roque Wailand, Maria Amélia Antunes, José Francisco Pereira, Luiz Girardi, Pierina Zaleski, Ritta Rosa da Fonseca, Dauri Manoel da Cruz, Osvaldo José da Silva, Gaspar Guiliani, Rene Heidemann Margotti, Ivone Alaide Duarte, José Joaquim da Rosa, José Elias Nicodem, Antônio Barberini, Osvaldo Guisolffi, Ademir Clemente da Silveira, Aldo Hercilio Lucas, Hilário Noll, Edio Ademar Roesner e Nelson João Tuni, servidores da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca os quais foram retificados pela Portaria nº 1055/2017 em virtude da superveniência da Lei Complementar (estadual) nº 676/2016, submetido à apreciação deste Tribunal, nos termos do disposto no art. 59, inciso III, da Constituição Estadual, art. 1º, inciso IV, da Lei Complementar (estadual) nº 202/2000, e artigo 1º, inciso IV, da Resolução nº TC-06/2001.

A Diretoria de Controle de Atos de Pessoal (DAP) procedeu à análise do ato sugerindo, no seu Relatório nº 587/2017 (fls. 96-100), ordenar o registro, no que foi acompanhada pelo Ministério Público Especial mediante o Parecer nº MPC/136/2017 (fls. 101-104).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria de Controle de Atos de Pessoal (DAP), ao analisar o presente processo, verificou que:

Quando da primeira análise dos atos de aposentadoria de que tratam os presentes autos, esta Instrução identificou o enquadramento indevido dos servidores em cargo único do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, no qual encontravam-se investidos quando da concessão do benefício de aposentadoria, considerado irregular por agrupar funções que indicavam graus desiguais de responsabilidade e complexidade de atuação, infringindo o disposto no § 1º, incisos I, II e III, do artigo 39, da Constituição Federal.

[...]

Importa esclarecer que as denegações de registro motivadas tão somente pelo enquadramento em cargo único, ocorreram com a ressalva da prejudicialidade do art. 41, caput, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ou seja, as decisões não extinguiram ou restringiram quaisquer direitos dos servidores aposentados, sendo-lhes garantida a manutenção das aposentadorias na exata forma como foram concedidas, inclusive no que tange à percepção de seus proventos, já que a ilegalidade apurada tem caráter formal decorrente da inadequação da legislação estadual, estando cumpridos todos os requisitos constitucionais pertinentes à modalidade do benefício.

Ademais, referidas decisões também recomendaram à Secretaria de Estado da Administração, órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos no âmbito do Poder Executivo Estadual, conforme art. 57, da Lei Complementar nº 381/2007, a adoção de providências visando à adequação das Leis Complementares (estaduais), que tratam dos planos de carreiras e vencimentos de diversos órgãos, em que foi adotado “cargo único”, que agrupou no mesmo cargo funções com graus extremamente desiguais de responsabilidade e complexidade de atuação, em desrespeito ao art. 39, § 1º, da Constituição Federal de 1988.

Em atendimento à recomendação acima referida, foi editada a Lei Complementar nº 676, datada de 12 de julho de 2016, a qual instituiu o Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores públicos civis do Quadro de Pessoal do Poder Executivo e estabeleceu outras providências, cumprindo, portanto, as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Por oportuno, cumpre esclarecer que quando da primeira análise dos atos de aposentadoria de que tratam os presentes autos, o discriminativo das parcelas componentes dos proventos, bem como os requisitos constitucionais para as concessões foram devidamente analisados, conforme consta dos relatórios que ensejaram as decisões arroladas na conclusão abaixo.

Diante do exposto, considerando a criação do novo Plano de Cargos e Vencimentos, com a extinção do cargo único ensejador da denegação do registro, e considerando que as decisões ressalvaram a prejudicialidade do art. 41, caput, do Regimento Interno desta Corte de Contas, uma vez que os servidores cumpriram os requisitos constitucionais para a aposentadoria, opina-se pelo registro dos atos de aposentadoria dos servidores arrolados no presente processo.

Entendo como corretos os fundamentos apontados pela diretoria técnica, ratificados pelo *Parquet* de Contas, motivo pelo qual acolho por seus próprios e jurídicos termos.

III – DISPOSITIVO

Por todo o exposto e estando os autos apreciados na forma regimental, instruídos por equipe técnica da Diretoria de Controle de Atos de Pessoal e com a devida apreciação pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, DECIDO por:

1 – Ordenar o registro dos atos de aposentadoria, submetidos à análise do Tribunal nos termos do art. 34, inciso II, c/c o art. 36, § 2º, alínea ‘b’, da Lei Complementar nº 202/2000, dos servidores da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca abaixo relacionados, no cargo de Agente de Serviços Gerais, os quais foram retificados, considerando-os legais, conforme análise realizada:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Nome | Matrícula | CPF | Atos de aposentadoria e retificação | Nº da decisão cumprida |
| Leonardo Antônio Pinto | 0136586-0-01 | 180.292.569-49 | Portaria  nº 424/IPESC/2007  Portaria nº 1055/2017 | 3163/2011 |
| Francisco Pereira Perão | 0136219-4-01 | 346.746.599-49 | Portaria  nº 431/IPESC/2007  Portaria nº 1055/2017 | 2923/2011 |
| Henrique Cordova Coelho | 0032856-1-01 | 130.546.789-20 | Portaria  nº 531/IPESC/2007  Portaria nº 1055/2017 | 2860/2011 |
| Roque Wailand | 0136173-2-01 | 182.809.609-10 | Portaria  nº 881/IPESC/2007  Portaria nº 1055/2017 | 2338/2011 |
| Maria Amélia Antunes | 0150534-3-01 | 415.678.899-72 | Portaria  nº 1641/IPESC/2007  Portaria nº 1055/2017 | 2924/2011 |
| José Francisco Pereira | 0136191-0-01 | 180.477.509-68 | Portaria  nº 1268/IPREV/2008  Portaria nº 1055/2017 | 3107/2011 |
| Luiz Girardi | 0248926-0-01 | 028.839.459-34 | Portaria  nº 2604/IPREV/2008  Portaria nº 1055/2017 | 0633/2012 |
| Pierina Zaleski | 0175499-8-01 | 250.286.699-53 | Portaria  nº 578/IPREV/2009  Portaria nº 1055/2017 | 0936/2012 |
| Ritta Rosa da Fonseca | 0235336-9-01 | 492.464.709-82 | Portaria  nº 643/IPREV/2009  Portaria nº 1055/2017 | 0996/2012 |
| Dauri Manoel da Cruz | 0150410-0-01 | 178.674.449-04 | Portaria  nº 1791/IPREV/2009  Portaria nº 1055/2017 | 1282/2012 |
| Osvaldo José da Silva | 0019198-1-01 | 018.448.659-91 | Portaria  nº 127/IPREV/2010  Portaria nº 1055/2017 | 1000/2012 |
| Gaspar Guiliani | 0136211-9-01 | 032.050.969-91 | Portaria  nº 2904/IPREV/2010  Portaria nº 1055/2017 | 0454/2012 |
| Rene Heidemann Margotti | 0136608-4-01 | 298.320.209-72 | Portaria  nº 161/IPREV/2011  Portaria nº 1055/2017 | 4348/2014 |
| Ivone Alaide Duarte | 0156586-9-01 | 460.757.399-04 | Portaria  nº 945/IPREV/2011  1480/IPREV/2011 e  Apostila 181/IPREV/2011  Portaria nº 1055/2017 | 4353/2014 |
| José Joaquim da Rosa | 0135825-1-01 | 306.009.109-97 | Portaria  nº 2604/IPREV/2012  Portaria nº 1055/2017 | 1210/2015 |
| José Elias Nicodem | 0136209-7-01 | 385.072.779-34 | Portaria  nº 523/IPREV/2013  Portaria nº 1055/2017 | 1541/2015 |
| Antônio Barberini | 0135604-6-01 | 389.939.539-53 | Portaria  nº 644/IPREV/2013  Portaria nº 1055/2017 | 0943/2015 |
| Osvaldo Guisolffi | 0136605-0-01 | 075.623.309-72 | Portaria nº 1074/IPREV/2013  Portaria nº 1055/2017 | 1425/2015 |
| Ademir Clemente da Silveira | 0161913-6-01 | 376.067.869-68 | Portaria  nº 1366/IPREV/2013  Apostila 159/IPREV/2013  Portaria nº 1055/2017 | 1426/2015 |
| Aldo Hercilio Lucas | 0135834-0-01 | 289.935.609-78 | Portaria  nº 2349/IPREV/2013  Portaria nº 1055/2017 | 363/2016 |
| Hilário Noll | 0150419-3-01 | 195.015.369-04 | Portaria  nº 2554/IPREV/2013  Portaria nº 1055/2017 | 0309/2016 |
| Edio Ademar Roesner | 0135611-9-01 | 420.716.829-04 | Portaria  nº 409/IPREV/2014  Portaria nº 1055/2017 | 436/2016 |
| Nelson João Tuni | 0136171-6-01 | 384.909.869-91 | Portaria  nº 405/IPREV/2014  Portaria nº 1055/2017 | 2067/2015 |

2 – Dar ciência da Decisão ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV.

Publique-se.

Florianópolis, em 03 de julho de 2017.

GERSON DOS SANTOS SICCA

Relator

Processo nº: @APE 17/00224040

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV

Responsável: Roberto Teixeira Faustino da Silva

Interessados: Secretaria de Estado do Planejamento - SPG

Assunto: Atos de aposentadoria adequados à LC-676/2016 – Cargo Único

Relator: Gerson dos Santos Sicca

Unidade Técnica: Divisão 3 - DAP/COAPII/DIV3

Despacho: COE/GSS - 81/2017

Decisão Singular

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo de análise de atos de aposentadoria dos Sras. Letícia Márcia Palumbo e Ângela Maria Bertoncini, servidoras da Secretaria de Estado do Planejamento, os quais foram retificados pela Portaria nº 1156/2017 em virtude da superveniência da Lei Complementar (estadual) nº 676/2016, submetido à apreciação deste Tribunal, nos termos do disposto no art. 59, inciso III, da Constituição Estadual, art. 1º, inciso IV, da Lei Complementar (estadual) nº 202/2000, e artigo 1º, inciso IV, da Resolução nº TC-06/2001.

A Diretoria de Controle de Atos de Pessoal (DAP) procedeu à análise do ato sugerindo, no seu Relatório nº 382/2017 (fls. 16-20), ordenar o registro, no que foi acompanhada pelo Ministério Público Especial mediante o Parecer nº MPC/125/2017 (fl. 21-23).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria de Controle de Atos de Pessoal (DAP), ao analisar o presente processo, verificou que:

Quando da primeira análise dos atos de aposentadoria de que tratam os presentes autos, esta Instrução identificou o enquadramento indevido dos servidores em cargo único do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, no qual encontravam-se investidos quando da concessão do benefício de aposentadoria, considerado irregular por agrupar funções que indicavam graus desiguais de responsabilidade e complexidade de atuação, infringindo o disposto no § 1º, incisos I, II e III, do artigo 39, da Constituição Federal.

[...]

Importa esclarecer que as denegações de registro motivadas tão somente pelo enquadramento em cargo único, ocorreram com a ressalva da prejudicialidade do art. 41, caput, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ou seja, as decisões não extinguiram ou restringiram quaisquer direitos dos servidores aposentados, sendo-lhes garantida a manutenção das aposentadorias na exata forma como foram concedidas, inclusive no que tange à percepção de seus proventos, já que a ilegalidade apurada tem caráter formal decorrente da inadequação da legislação estadual, estando cumpridos todos os requisitos constitucionais pertinentes à modalidade do benefício.

Ademais, referidas decisões também recomendaram à Secretaria de Estado da Administração, órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos no âmbito do Poder Executivo Estadual, conforme art. 57, da Lei Complementar nº 381/2007, a adoção de providências visando à adequação das Leis Complementares (estaduais), que tratam dos planos de carreiras e vencimentos de diversos órgãos, em que foi adotado “cargo único”, que agrupou no mesmo cargo funções com graus extremamente desiguais de responsabilidade e complexidade de atuação, em desrespeito ao art. 39, § 1º, da Constituição Federal de 1988.

Em atendimento à recomendação acima referida, foi editada a Lei Complementar nº 676, datada de 12 de julho de 2016, a qual instituiu o Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores públicos civis do Quadro de Pessoal do Poder Executivo e estabeleceu outras providências, cumprindo, portanto, as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Por oportuno, cumpre esclarecer que quando da primeira análise dos atos de aposentadoria de que tratam os presentes autos, o discriminativo das parcelas componentes dos proventos, bem como os requisitos constitucionais para as concessões foram devidamente analisados, conforme consta dos relatórios que ensejaram as decisões arroladas na conclusão abaixo.

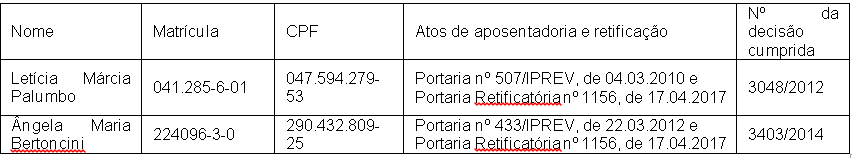
Diante do exposto, considerando a criação do novo Plano de Cargos e Vencimentos, com a extinção do cargo único ensejador da denegação do registro, e considerando que as decisões ressalvaram a prejudicialidade do art. 41, caput, do Regimento Interno desta Corte de Contas, uma vez que os servidores cumpriram os requisitos constitucionais para a aposentadoria, opina-se pelo registro dos atos de aposentadoria dos servidores arrolados no presente processo.

Entendo como corretos os fundamentos apontados pela diretoria técnica, ratificados pelo *Parquet* de Contas, motivo pelo qual acolho por seus próprios e jurídicos termos.

III – DISPOSITIVO

Por todo o exposto e estando os autos apreciados na forma regimental, instruídos por equipe técnica da Diretoria de Controle de Atos de Pessoal e com a devida apreciação pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, DECIDO por:

1 – Ordenar o registro dos atos de aposentadoria, submetidos à análise do Tribunal nos termos do art. 34, inciso II, c/c o art. 36, § 2º, alínea ‘b’, da Lei Complementar nº 202/2000, das servidoras da Secretaria de Estado do Planejamento abaixo relacionadas, no cargo de Agente em Atividades Administrativas, os quais foram retificados, considerando-os legais, conforme análise realizada:



2 – Dar ciência da Decisão ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV.

Publique-se.

Florianópolis, em 03 de julho de 2017.

GERSON DOS SANTOS SICCA

Relator

Processo nº: @APE 17/00290182

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV

Responsável: Roberto Teixeira Faustino da Silva

Interessados: Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST

Assunto: Atos de aposentadoria adequados à LC-676/2016 – Cargo Único

Relator: Gerson dos Santos Sicca

Unidade Técnica: Divisão 3 - DAP/COAPII/DIV3

Despacho: COE/GSS - 84/2017

Decisão Singular

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo de análise de atos de aposentadoria dos Srs. Manoel Virissimo Domingos, Donato Elizeu de Miranda, Vera Neide Correa e Odete dos Santos Trindade, servidores da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, os quais foram retificados pela Portaria nº 1461/2017 em virtude da superveniência da Lei Complementar (estadual) nº 676/2016, submetido à apreciação deste Tribunal, nos termos do disposto no art. 59, inciso III, da Constituição Estadual, art. 1º, inciso IV, da Lei Complementar (estadual) nº 202/2000, e artigo 1º, inciso IV, da Resolução nº TC-06/2001.

A Diretoria de Controle de Atos de Pessoal (DAP) procedeu à análise do ato sugerindo, no seu Relatório nº 513/2017 (fls. 24-27), ordenar o registro, no que foi acompanhada pelo Ministério Público Especial mediante o Parecer nº MPC/128/2017 (fls. 28-30).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria de Controle de Atos de Pessoal (DAP), ao analisar o presente processo, verificou que:

Quando da primeira análise dos atos de aposentadoria de que tratam os presentes autos, esta Instrução identificou o enquadramento indevido dos servidores em cargo único do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, no qual encontravam-se investidos quando da concessão do benefício de aposentadoria, considerado irregular por agrupar funções que indicavam graus desiguais de responsabilidade e complexidade de atuação, infringindo o disposto no § 1º, incisos I, II e III, do artigo 39, da Constituição Federal.

[...]

Importa esclarecer que as denegações de registro motivadas tão somente pelo enquadramento em cargo único, ocorreram com a ressalva da prejudicialidade do art. 41, caput, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ou seja, as decisões não extinguiram ou restringiram quaisquer direitos dos servidores aposentados, sendo-lhes garantida a manutenção das aposentadorias na exata forma como foram concedidas, inclusive no que tange à percepção de seus proventos, já que a ilegalidade apurada tem caráter formal decorrente da inadequação da legislação estadual, estando cumpridos todos os requisitos constitucionais pertinentes à modalidade do benefício.

Ademais, referidas decisões também recomendaram à Secretaria de Estado da Administração, órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos no âmbito do Poder Executivo Estadual, conforme art. 57, da Lei Complementar nº 381/2007, a adoção de providências visando à adequação das Leis Complementares (estaduais), que tratam dos planos de carreiras e vencimentos de diversos órgãos, em que foi adotado “cargo único”, que agrupou no mesmo cargo funções com graus extremamente desiguais de responsabilidade e complexidade de atuação, em desrespeito ao art. 39, § 1º, da Constituição Federal de 1988.

Em atendimento à recomendação acima referida, foi editada a Lei Complementar nº 676, datada de 12 de julho de 2016, a qual instituiu o Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores públicos civis do Quadro de Pessoal do Poder Executivo e estabeleceu outras providências, cumprindo, portanto, as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Por oportuno, cumpre esclarecer que quando da primeira análise dos atos de aposentadoria de que tratam os presentes autos, o discriminativo das parcelas componentes dos proventos, bem como os requisitos constitucionais para as concessões foram devidamente analisados, conforme consta dos relatórios que ensejaram as decisões arroladas na conclusão abaixo.

Diante do exposto, considerando a criação do novo Plano de Cargos e Vencimentos, com a extinção do cargo único ensejador da denegação do registro, e considerando que as decisões ressalvaram a prejudicialidade do art. 41, caput, do Regimento Interno desta Corte de Contas, uma vez que os servidores cumpriram os requisitos constitucionais para a aposentadoria, opina-se pelo registro dos atos de aposentadoria dos servidores arrolados no presente processo.

Entendo como corretos os fundamentos apontados pela diretoria técnica, ratificados pelo *Parquet* de Contas, motivo pelo qual acolho por seus próprios e jurídicos termos.

III – DISPOSITIVO

Por todo o exposto e estando os autos apreciados na forma regimental, instruídos por equipe técnica da Diretoria de Controle de Atos de Pessoal e com a devida apreciação pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, DECIDO por:

1 – Ordenar o registro dos atos de aposentadoria, submetidos à análise do Tribunal nos termos do art. 34, inciso II, c/c o art. 36, § 2º, alínea ‘b’, da Lei Complementar nº 202/2000, dos servidores da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação abaixo relacionados, no cargo de Agente de Serviços Gerais, os quais foram retificados, considerando-os legais, conforme análise realizada:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Nome | Matrícula | CPF | Atos de aposentadoria e retificação | Nº da decisão cumprida |
| Manoel Virissimo Domingos | 0235097-1-01 | 445.396.229-00 | 1940/IPESC/2007  1461/IPREV/2017 | 2548/2011 |
| Donato Elizeu de Miranda | 0234915-9-01 | 290.569.429-72 | 1957/IPESC/2007  1461/IPREV/2017 | 2547/2011 |
| Vera Neide Correa | 0234912-4-01 | 290.321.729-72 | 1538/IPREV/2008  1461/IPREV/2017 | 2421/2011 |
| Odete dos Santos Trindade | 0234954-0-01 | 342.661.439-15 | 882/IPREV/2009  1461/IPREV/2017 | 2347/2011 |

2 – Dar ciência da Decisão ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV.

Publique-se.

Florianópolis, em 03 de julho de 2017.

GERSON DOS SANTOS SICCA

Relator

Processo nº: @APE 17/00366774

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV

Responsável: Roberto Teixeira Faustino da Silva

Interessados: Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA

Assunto: Atos de aposentadoria adequados à LC-676/2016 – Cargo Único

Relator: Sabrina Nunes Iocken

Unidade Técnica: Divisão 3 - DAP/COAPII/DIV3

Despacho: COE/SNI - 68/2017

Decisão Singular

Tratam os autos da análise de ato de aposentadoria que resulta de readequação promovida pelo IPREV após a denegação de registro, por este Tribunal, de atos em que se verificou o enquadramento dos servidores em Cargo Único.

Assim, tendo sido editada a Lei Complementar Estadual n. 676/2016, em atendimento a diversas decisões deste Tribunal de Contas, o Instituto de Previdência Estadual submeteu-o à apreciação deste Tribunal nos termos do disposto no artigo 59, inciso III da Constituição Estadual, no artigo 1º, inciso IV da Lei Complementar n. 202/00, no artigo 1º, inciso IV do Regimento Interno do Tribunal de Contas (Resolução n. TC-06/01) e na Resolução n. TC-35/08.

Ao analisar os autos, a Diretoria de Controle de Atos de Pessoal (DAP), emitiu o Relatório n. 734/2017, concluindo pela regularidade do ato sob exame e considerando cumprida a Decisão anteriormente exarada por esta Corte de Contas.

O Ministério Público de Contas acompanhou o posicionamento do Corpo Instrutivo (Parecer n. 154/2017).

Vindo o processo à apreciação desta Relatora, destaco, primeiramente, que o ato sob exame está em consonância com os parâmetros constitucionais e legais vigentes. O discriminativo das parcelas componentes dos proventos foi devidamente analisado e os dados pessoais e funcionais do servidor foram discriminados no anexo do Relatório elaborado pela DAP.

Destaco que o Tribunal Pleno inicialmente denegou o registro do ato de aposentadoria do servidor, em razão do enquadramento em cargo único que agrupou no mesmo cargo funções com graus extremamente desiguais de responsabilidade e complexidade de atuação, em desrespeito ao art. 39, § 1º, da Constituição Federal de 1988, conforme entendimento pacificado por meio da Súmula n. 01.

As denegações de registro motivadas somente pelo enquadramento em cargo único ocorreram com a ressalva da prejudicialidade do artigo 41 do Regimento Interno, ou seja, as decisões não extinguiram ou restringiram quaisquer direitos dos servidores aposentados, sendo-lhes garantida a manutenção das aposentadorias na exata forma como foram concedidas, inclusive no que refere-se à percepção de seus proventos, já que a ilegalidade apurada tem caráter formal decorrente da inadequação da legislação estadual, estando cumpridos todos os requisitos constitucionais pertinentes à modalidade do benefício.

Além disso, nas decisões que denegaram os atos de aposentadoria também houve recomendação à Secretaria de Estado da Administração, para a adoção de providências visando para adequação das Leis Complementares (estaduais), que tratam dos planos de carreiras e vencimentos de diversos Órgãos, em que foi adotado cargo único.

Em atendimento à referida recomendação foi editada a Lei Complementar n. 676/2016, que instituiu o Plano de cargos e vencimentos dos Servidores Públicos Civis do Quadro de Pessoal do Poder Executivo e estabeleceu outras providências.

Ressalto que no trâmite do presente processo foi comprovada a correção da nomenclatura do cargo do servidor beneficiário de “Analista Técnico em Gestão de Infraestrutura” para “Agente de Atividades Administrativas”, conforme Portaria n. 1431, de 08 de maio de 2017 (fl. 12).

Diante do exposto e considerando a manifestação da (DAP) e o Parecer do Ministério Público junto a este Tribunal, ambos opinando pelo registro do ato de aposentadoria, depois de analisar os autos, com fundamento nos §§ 1°, 2°, 3° e 4° do artigo 38 do Regimento Interno, bem como no disposto no parágrafo único do artigo 34 da Lei Complementar n. 202/00, DECIDO:

1. Ordenar o registro, nos termos do artigo 34, inciso II, combinado com o artigo 36, § 2º, letra 'b', da Lei Complementar nº 202/2000, do ato de aposentadoria do servidor abaixo nominado, do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA, no cargo de Agente em Atividades Administrativas, consubstanciado no ato correlacionado, tido como legal por este órgão instrutivo, bem como considerar cumprida a decisão abaixo referida, proferida em processo que contém os dados relativos a presente concessão:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Nome | Matrícula | CPF | Atos de aposentadoria + retificação | N. da decisão cumprida |
| Antonio Carlos Rodrigues | 0172753-2-01 | 432.785.909-53 | 807/IPREV/2010  1431/IPREV/2017 | 2774/2011 |

2. Dar ciência da Decisão ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV.

Publique-se.

Florianópolis, 03 de julho de 2017

SABRINA NUNES IOCKEN

Relatora

Processo nº: @PPA 16/00361606

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV

Responsável: Renato Luiz Hinnig

Interessados: Secretaria de Estado da Educação

Assunto: Ato de Pensão de Tarcilio Martello

Relator: Cleber Muniz Gavi

Unidade Técnica: Divisão 2 - DAP/COAP I/DIV2

Despacho: COE/CMG - 79/2017

Decisão Singular

Tratam os autos do registro do ato de pensão por morte, concedida à Tarcilio Martello, em decorrência do óbito da servidora Lucinda Antonia Martello, da Secretaria de Estado da Educação, submetido à apreciação deste Tribunal de Contas, nos termos do disposto no art. 59, inciso III, da Constituição Estadual, art. 1º, inciso IV, da Lei Complementar n. 202/2000; art. 1º, inciso IV, da Resolução TC n. 06/2001 (Regimento Interno do Tribunal de Contas) e Resolução TC n. 35/2008.

A Diretoria de Controle de Atos de Pessoal (DAP) procedeu ao exame dos documentos e por meio do Relatório n. 196/2017 (fls.19/22) concluiu pela legalidade do ato, sugerindo ao Relator, ordenar o seu registro.

O Ministério Público de Contas, em Parecer n. 051/2017(fls.23/24), da lavra do Exmo. Procurador Dr. Diogo Roberto Ringenberg, acompanhou o posicionamento do órgão de controle.

É o relatório.

Decido.

O ato em análise recebeu pareceres favoráveis quanto à sua legalidade pela Diretoria de Controle de Atos de Pessoal e pelo Ministério Público de Contas.

Portanto, não havendo controvérsia nos autos acerca do seu registro, decido, com fundamento nos parágrafos 1º e 2º do art. 38 do Regimento Interno (Resolução TC n. 06/2001, com redação dada pela Resolução n. TC-98/2014), o que segue:

1. Ordenar o registro, nos termos do artigo 34, inciso II, combinado com o artigo 36, § 2º, letra 'b', da Lei Complementar nº 202/2000, do ato de pensão por morte de TARCILIO MARTELLO, CPF nº 422.882.159-68, em decorrência do óbito de LUCINDA ANTONIA MARTELLO, servidora inativa, no cargo de Professor, da Secretaria de Estado da Educação, matricula nº 2145220-7-04, CPF nº 194.918.679-20, consubstanciado no Ato nº 1086/IPREV, de 23/05/2016, com vigência a partir de 30/03/2016, considerado legal conforme análise realizada.

2. Dar ciência da Decisão ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV.

Publique-se.

Gabinete, em 04 de julho de 2017.

CLEBER MUNIZ GAVI

Conselheiro Substituto

Relator

Poder Judiciário

Processo nº: @APE-13/00091646

Unidade Gestora: Tribunal de J ustiça do Estado de Santa Catarina

Responsável: Cleverson Oliveira

Interessado: Tribunal de J ustiça do Estado de Santa Catarina

Assunto: Registro de Ato de Aposentadoria de Orestes Poletto

Decisão Singular: GAC/HJN - 235/2017

Tratam os autos do ato de aposentadoria de Oreste Poletto, fundamentado no art. 40, §1º, II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 20/98, e art. 3º da Emenda Constitucional n. 41/03, art. 55, § 2º, da Lei n. 5.624/79, com nova redação dada pela Lei n. 8.418/91, Lei n. 6.898/86 e Lei Complementar n. 127/94 e submetido à apreciação deste Tribunal, nos termos do disposto no art. 59, inciso III, da Constituição Estadual, art. 1º, inciso IV, da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000; art. 1º, inciso IV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas - Resolução nº TC-06, de 03 de dezembro de 2001 e Resolução nº TC-35, de 17 de dezembro de 2008.

A Diretoria de Controle de Atos Pessoal (DAP) emitiu o Relatório n. 4273/2016, sugerindo o arquivamento deste processo, ante a perda de seu objeto.

O Ministério Público de Contas conclui que a solução proposta pela DAP é correta, conforme termos do Parecer n. MPTC/44876/2016.

Verifica-se que o Tribunal de Justiça informou que o servidor Orestes Poletto faleceu no dia 28/06/201, conforme Certidão de Óbito de fl. 21.

Diante da comprovação do falecimento do requerente, dá-se por configurada a perda de objeto da aposentadoria, ficando, por conseguinte, prejudicado o prosseguimento do julgamento do respectivo ato concessório, conforme previsão do art. 16 da Resolução nº TC-35/2008.

Ante o exposto, DECIDO:

1. Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão de aposentadoria, ante o falecimento do favorecido, nos termos do art. 16 da Resolução n. TCE – 35/2008.

2. Determinar o arquivamento do processo no Sistema de Controle de Processos – SIPROC, deste Tribunal de Contas.

3. Dar ciência da Decisão ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Florianópolis, em 12 de maio de 2017.

HERNEUS DE NADAL

Conselheiro Relator

Administração Pública Municipal

Blumenau

Processo n.: @APE 16/00208085

Assunto: Registro de Ato de Aposentadoria de Roseli de Andrade

Interessado: Prefeitura Municipal de Blumenau

Responsável: Elói Barni

Unidade Gestora: Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU

Unidade Técnica: DAP

Decisão Singular n.: GAC/WWD 314/2017

O Relator, fundamentado nas manifestações uniformes da Diretoria Técnica e do Ministério Público de Contas, e com base no art. 38, § 1º, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução n. 98/2014, DECIDE

1.1. Ordenar o registro do ato de aposentadoria voluntária com proventos integrais - redução de idade (regra de transição), concedida com fundamento no art. 3º, incisos I a III da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, submetido à análise do Tribunal nos termos do art. 34, inciso II, c/c o art. 36, § 2º, alínea ‘b’, da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, de Roseli de Andrade, servidora da Prefeitura Municipal de Blumenau, ocupante do cargo de Professor, classe B4II, nível J, matrícula nº 79669, CPF nº 567.901.719-91, consubstanciado no Ato nº 5178/2016, de 23/02/2016, considerado legal conforme análise realizada.

1.2. Dar ciência da Decisão ao Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU.

Data: 07/06/2017

WILSON ROGÉRIO WAN-DALL

Relator

Criciúma

Processo nº: @APE 17/00237885

Unidade Gestora: Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor Público de Criciúma - CRICIÚMAPREV

Responsável: Clésio Salvaro

Interessados: Prefeitura Municipal de Criciúma

Assunto: Registro de Ato de Aposentadoria de Jaime de Souza Gonçalves

Relator: Sabrina Nunes Iocken

Unidade Técnica: Divisão 2 - DAP/COAP I/DIV2

Despacho: COE/SNI - 60/2017

Decisão Singular

Tratam os autos da análise de ato de aposentadoria, o qual foi submetido à apreciação deste Tribunal nos termos do disposto no artigo 59, inciso III da Constituição Estadual, no artigo 1º, inciso IV da Lei Complementar n. 202/00, no artigo 1º, inciso IV do Regimento Interno do Tribunal de Contas (Resolução n. TC-06/01) e na Resolução n. TC-35/08.

O ato sob exame foi fundamentado no artigo 6º, incisos I a IV, da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003.

A Diretoria de Controle de Controle de Atos de Pessoal (DAP) procedeu à análise do ato e dos documentos encaminhados e sugeriu ordenar o registro do ato de aposentadoria. (Relatório de Instrução n. 572/2017).

O Ministério Público acompanhou o posicionamento do Corpo Instrutivo (Parecer n. 189/2017).

Vindo o processo à apreciação desta Relatora, destaco, primeiramente, que o ato sob exame está em consonância com os parâmetros constitucionais e legais vigentes. O discriminativo das parcelas componentes dos proventos foi devidamente analisado e os dados pessoais e funcionais da servidora foram discriminados no anexo do Relatório elaborado pela DAP.

Ressalto ainda as diretrizes estabelecidas na Decisão n. 98/2014, exarada nos autos do PNO n. 14/00526318, que incluiu os §§ 1°, 2°, 3° e 4° do artigo 38 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, com a finalidade de simplificar o julgamento de mérito dos atos de pessoal, cuja regularidade é incontroversa.

Havendo pareceres unânimes da Diretoria de Controle de Atos de Pessoal (DAP) e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPTC), o julgamento dos processos de registro será realizado por meio de decisão singular exarada pelo Relator do processo, não sendo mais necessário o encaminhamento dos autos ao Tribunal Pleno.

Diante do exposto e considerando a manifestação da (DAP) e o Parecer do Ministério Público junto a este Tribunal, ambos opinando pelo registro do ato de aposentadoria, depois de analisar os autos, com fundamento nos §§ 1°, 2°, 3° e 4° do artigo 38 do Regimento Interno, bem como no disposto no parágrafo único do artigo 34 da Lei Complementar n. 202/00, DECIDO:

1. Ordenar o registro, nos termos do artigo 34, inciso II, combinado com o artigo 36, § 2º, letra 'b', da Lei Complementar n. 202/2000, do ato de aposentadoria de Jaime de Souza Gonçalves, servidor da Prefeitura Municipal de Criciúma, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários, nível A-13, matrícula n. 667, CPF n. 534.156.049-34, consubstanciado no Decreto n. 290/17, de 01/02/2017, considerado legal conforme análise realizada.

2. Dar ciência da Decisão ao Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor Público de Criciúma – CRICIÚMAPREV.

Publique-se.

Florianópolis, 27 de junho de 2017.

SABRINA NUNES IOCKEN

Relatora

Curitibanos

Processo n.: @APE 16/00295034

Assunto: Registro de Ato de Aposentadoria de Iolanda Souza de Oliveira

Interessado: Prefeitura Municipal de Curitibanos

Responsável: Jose Antonio Guidi

Unidade Gestora: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitibanos - IPESMUC

Unidade Técnica: DAP

Decisão Singular n.: GAC/WWD 309/2017

O Relator, fundamentado nas manifestações uniformes da Diretoria Técnica e do Ministério Público de Contas, e com base no art. 38, § 1º, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução n. 98/2014, DECIDE

1.1. Ordenar o registro do ato de aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais (regra permanente), concedida com fundamento no art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b” da Constituição Federal de 1988, submetido à análise do Tribunal nos termos do art. 34, inciso II, c/c o art. 36, § 2º, alínea ‘b’, da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, de Iolanda Souza de Oliveira, servidora da Prefeitura Municipal de Curitibanos, ocupante do cargo de Servente, nível E-01, matrícula nº 153910, CPF nº 592.037.819-00, consubstanciado no Ato nº 539/2016, de 25/04/2016, considerado legal conforme análise realizada.

1.2. Dar ciência da Decisão Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitibanos - IPESMUC.

Data: 05/06/2017

WILSON ROGÉRIO WAN-DALL

Relator

Itajaí

Processo n.: @APE 16/00263426

Assunto: Registro de Ato de Aposentadoria de Zaira Vanessa Caprara Pamplona

Interessado: Prefeitura Municipal de Itajaí

Responsável: Renato Ribas Pereira

Unidade Gestora: Instituto de Previdência de Itajaí - IPI

Unidade Técnica: DAP

Decisão Singular n.: GAC/LRH 264/2017

O Relator, fundamentado nas manifestações uniformes da Diretoria Técnica e do Ministério Público de Contas, e com base no art. 38, § 1º, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução n. 98/2014, DECIDE

1.1. Ordenar o registro do ato de aposentadoria voluntária com proventos integrais - professor (regra de transição), concedida com fundamento no art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal, submetido à análise do Tribunal nos termos do art. 34, inciso II, c/c o art. 36, § 2º, alínea ‘b’, da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, de Zaira Vanessa Caprara Pamplona, servidora da Prefeitura Municipal de Itajaí, ocupante do cargo de Professor, Categoria 3, Faixa IV, Padrão A8, matrícula nº 633001, CPF nº 559.233.059-68, consubstanciado no Ato nº 033/16, de 19/02/2016, considerado legal conforme análise realizada.

1.2. Dar ciência da Decisão ao Instituto de Previdência de Itajaí - IPI.

Data: 02/06/2017

LUIZ ROBERTO HERBST

Relator

Lages

Processo n.: @APE 16/00068305

Assunto: Registro de Ato de Aposentadoria de Marcia Aparecida de Oliveira

Interessado: Prefeitura Municipal de Lages

Responsável: Elizeu Mattos

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Município de Lages - LAGESPREVI

Unidade Técnica: DAP

Decisão Singular n.: GAC/LRH 260/2017

O Relator, fundamentado nas manifestações uniformes da Diretoria Técnica e do Ministério Público de Contas, e com base no art. 38, § 1º, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução n. 98/2014, DECIDE

1.1. Ordenar o registro do ato de aposentadoria por invalidez permanente com proventos integrais, concedida com fundamento no artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, submetido à análise do Tribunal nos termos do art. 34, inciso II, c/c o art. 36, § 2º, alínea ‘b’, da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, de Marcia Aparecida de Oliveira, servidora do Município de Lages, ocupante do cargo de Zelador, classe I, nível 01, padrão X, matrícula nº 12137/01, CPF nº 017.356.789-45, consubstanciado no Decreto nº 15.228, de 26/11/2015, considerado legal conforme análise realizada.

1.2. Recomendar que o Instituto de Previdência do Município de Lages – LAGESPREVI, na forma do art. 7º c/c art. 12, §§ 1º e 2º, da Resolução nº TC 35/2008, proceda à alteração do ato de aposentadoria, fazendo constar a posição da servidora no Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, disposto pela Lei 1575/1990 (Classe I, Nível 1, Padrão X), dada a garantia de paridade de seus vencimentos com os servidores da ativa, prevista no art. 6º-A, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012.

1.3. Recomendar que a Prefeitura Municipal de Lages proceda à alteração de seu sistema de folha de pagamento, a fim de adequá-lo aos dispositivos legais expressos na Lei nº 1575/1990, em especial, no que tange à promoção funcional e progressão dos servidores públicos, previstas em seus artigos 2º, inciso XIX, e 8º, a fim de resguardar a base de cálculo da percepção do adicional por tempo de serviço, previsto na Lei nº 1574/1990, art. 83

1.4. Dar ciência da Decisão ao Instituto de Previdência do Município de Lages - LAGESPREVI.

Data: 01/06/2017

LUIZ ROBERTO HERBST

Relator

Maracajá

Processo n.: @APE 15/00353733

Assunto: Registro de Ato de Aposentadoria de Anilton Antonio Inacio

Interessado: Prefeitura Municipal de Maracajá

Responsável: Wagner da Rosa

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Previdência de Maracajá - FUMPREVI

Unidade Técnica: DAP

Decisão Singular n.: GAC/HJN 266/2017

O Relator, fundamentado nas manifestações uniformes da Diretoria Técnica e do Ministério Público de Contas, e com base no art. 38, § 1º, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução n. 98/2014, DECIDE

1.1. Ordenar o registro do ato de aposentadoria por invalidez permanente com proventos integrais, concedida com fundamento no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, submetido à análise do Tribunal nos termos do art. 34, inciso II, c/c o art. 36, § 2º, alínea ‘b’, da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, de Anilton Antonio Inacio, servidor da Prefeitura Municipal de Maracajá, ocupante do cargo de Carpinteiro, matrícula nº 687, CPF nº 212.314.860-15, consubstanciado no Ato nº 112, de 20/10/2014, considerado legal conforme análise realizada.

1.2. Dar ciência da Decisão ao Fundo Municipal de Previdência de Maracajá.

Data: 05/06/2017

HERNEUS DE NADAL

Relator

Otacílio Costa

Processo n.: @APE 16/00260168

Assunto: Registro de Ato de Aposentadoria de Lucia de Fátima Coelho

Interessado: Prefeitura Municipal de Otacílio Costa

Responsável: Cleidinara Assink da Motta

Unidade Gestora: Instituto de Previdência e Assistência do Municipio de Otacílio Costa - IPAM

Unidade Técnica: DAP

Decisão Singular n.: GAC/LRH 262/2017

O Relator, fundamentado nas manifestações uniformes da Diretoria Técnica e do Ministério Público de Contas, e com base no art. 38, § 1º, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução n. 98/2014, DECIDE

1.1. Ordenar o registro do ato de aposentadoria voluntária com proventos integrais - redução de idade (regra de transição), concedida com fundamento no art. 3º, incisos I a III da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, submetido à análise do Tribunal nos termos do art. 34, inciso II, c/c o art. 36, § 2º, alínea ‘b’, da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, de Lucia de Fátima Coelho, servidora da Prefeitura Municipal de Otacílio Costa, ocupante do cargo de Agente Operacional, nível A-17, matrícula nº 212, CPF nº 423.870.439-87, consubstanciado no Ato nº 18/2015, de 01/12/2015, considerado legal conforme análise realizada.

1.2. Recomendar ao Instituto de Previdência e Assistência do Municipio de Otacílio Costa - IPAM que adote as providências necessárias à regularização da falha formal detectada na Portaria n. 18/2015 de 01/12/2015, fazendo constar a fundamentação legal correta, qual seja, "art. 3º, incisos I a III da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005", na forma do artigo 7º c/c artigo 12, §§ 1º e 2º da Resolução n. TC-35/2008, de 17/12/2008

1.3. Dar ciência da Decisão ao Instituto de Previdência e Assistência do Municipio de Otacílio Costa - IPAM.

Data: 02/06/2017

LUIZ ROBERTO HERBST

Relator

Rio Negrinho

Processo n.: @APE 16/00280002

Assunto: Registro de Ato de Aposentadoria de Marli do Carmo Nunes da Rocha

Interessado: Prefeitura Municipal de Rio Negrinho

Responsável: Zélia Korlaspke Slabiski

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho - IPRERIO

Unidade Técnica: DAP

Decisão Singular n.: GAC/LRH 266/2017

O Relator, fundamentado nas manifestações uniformes da Diretoria Técnica e do Ministério Público de Contas, e com base no art. 38, § 1º, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução n. 98/2014, DECIDE

1.1. Ordenar o registro do ato de aposentadoria voluntária por idade com proventos integrais (regra permanente), concedida com fundamento no art. 40, § 1º, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal de 1988, submetido à análise do Tribunal nos termos do art. 34, inciso II, c/c o art. 36, § 2º, alínea ‘b’, da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, de Marli do Carmo Nunes da Rocha, servidora da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, ocupante do cargo de Merendeira, nível 2-D, matrícula nº 01115, CPF nº 420.794.119-34, consubstanciado no Ato nº 21299, de 29/03/2016, considerado legal conforme análise realizada.

1.2. Recomendar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho - IPRERIO, que quando do cômputo de tempo de serviço atestado por certidão do INSS, considere o tempo exatamente conforme descrito na certidão, sem qualquer acréscimo ou diminuição de dias.

1.3. Dar ciência da Decisão ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho - IPRERIO.

Data: 02/06/2017

LUIZ ROBERTO HERBST

Relator

Atos Administrativos

**PORTARIA N° TC 0386/2017**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 90, V, da Lei Complementar n° 202, de 15 de dezembro de 2000 e art. 271, XXVII, da Resolução nº TC.06, de 03 dezembro de 2001, e nos termos do art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005, combinado com o art. 67, incisos I, II e III e parágrafo único da Lei Complementar nº 412/2008,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, a Silvio Beppler, matrícula 450.356-2, Auditor Fiscal de Controle Externo, TC.AFC.15.I, nascido em 10 de fevereiro de 1959, com proventos de lei, atualizados de acordo com o art. 72, da Lei Complementar 412/2008.

Florianópolis, 03 de julho de 2017.

Adircélio de Moraes Ferreira Junior

Presidente, em exercício

Licitações, Contratos e Convênios

**Resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n°** **22/2017**

Objeto da Licitação: Aquisição de microcomputadores e monitores.

Licitantes: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EPP, MWV WEB SITE COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA, DATEN TECNOLOGIA LTDA, INTERSOFT SOLUÇÃO EM INFORMÁTICA EIRELI ME e POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Resultado: Vencedores: POSITIVO TECNOLOGIA S.A. no item 1 (microcomputador), pelo valor unitário de R$ 2.418,00, totalizando R$ 362.700,00; e HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EPP no item 2 (monitor), pelo valor unitário de R$ 634,00, totalizando R$ 209.220,00.

Florianópolis, 04 de julho de 2017.

Pregoeiro